

Introdução

O objecto da investigação e a periodização histórica

As eleições para a Assembleia Constituinte de 25 de Abril de 1975 estruturaram a ala direita do Parlamento de uma forma que permaneceu inalterada ao longo das sucessivas quatro décadas de regime democrático. Ideologicamente posicionados no centro-esquerda e no centro, o Partido Popular Democrático (PPD/PSD) e o Centro Democrático Social (CDS) acabam por ocupar também todo o espaço físico de direita no hemiciclo da Assembleia da República, calibrando progressivamente o seu discurso segundo a evolução do processo de democratização. Esta configuração da direita geográfica da Assembleia, contudo, está longe de esgotar o leque de actores que concorreram neste espaço político desde o princípio da transição portuguesa. Assim, a consolidação do CDS como partido mais à direita no eixo político parlamentar traça uma fronteira com uma área tanto rica em protagonistas e eventos, quanto desconhecida pela análise historiográfica e politológica. Esta área à direita do CDS e externa ao Parlamento é o objecto da presente investigação. Na verdade, estudos científicos dedicaram já alguma atenção a esta área política, tanto na perspectiva diacrónica de reconstrução da sua trajectória ao longo do período democrático,¹ quanto em perspectivas temporais mais focadas.

¹ Tom Gallagher, «Portugal: the marginalization of the extreme right», in *The Extreme Right in Europe and the USA*, ed. Paul Hainsworth (Londres: Pinter Publishers, 1992), 232-245. António Costa Pinto, «The radical right in contemporary Portugal», in *The Far Right in Western and Eastern Europe*, eds. Luciano Cheles, Ronnie Ferguson e Michalina Vaughan (Londres: Longman, 1995), 109-128. Jaime Nogueira Pinto, *A Direita e as Direitas* (Lisboa: Difel, 1996).

Em particular, na transição, essa foi analisada no contexto mais amplo das forças políticas em jogo,² nas dimensões dos partidos políticos,³ da violência gerada⁴ ou da repressão sofrida.⁵ Na democracia consolidada, foram examinadas as mudanças ideológicas das últimas duas décadas do século XX⁶ e a nova arrancada organizativa, na alvorada do novo milénio.⁷ Este conjunto de contribuições científicas permite, hoje, periodizar o percurso histórico das forças à direita do CDS e esboçar uma comparação entre as diversas fases de desenvolvimento. Assim, a história desta área política ao longo de toda a democracia portuguesa pode ser dividida em quatro períodos, balizados por eventos determinantes para a sua evolução. O primeiro período vai do 25 de Abril de 1974 ao 25 de Novembro de 1975 e é marcado pelos dois eventos históricos relevantes do 28 de Setembro de 1974 e do 11 de Março de 1975. No começo deste período, ainda antes da fundação do CDS a 19 de Julho de 1974, surge uma série de movimentos e de partidos animados por quadros políticos com ou sem militância no regime deposto

Riccardo Marchi, «The portuguese radical right in the democratic period», in *Mapping the Extreme Right in Contemporary Europe. From Local to Transnational*, eds. Andrea Mammone, Emmanuel Godin e Brian Jenkins (Londres: Routledge, 2012), 150-172.

² Tom Gallagher, «From hegemony to opposition: the ultra right before and after 1974», in *In Search of Modern Portugal – The Revolution and Its Consequences*, eds. Lawrence S. Graham e Douglas L. Wheeler (Londres: the University of Wisconsin Press, 1983), 81-104. José Sánchez Cervelló, *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola – 1961-1976* (Lisboa: Assírio & Alvim, 1993). António José Telo, *História Contemporânea de Portugal* (Barcarena: Presença, 2007), I, 71-73.

³ Riccardo Marchi, «Le destre radicali nella transizione: dall'autoritarismo alla democrazia (1974-1980)», *Storia e Problemi Contemporanei*, n.º 54 (2010): 73-91.

⁴ Josep Sánchez Cervelló, «A contra-revolução no PREC (1974-1975)», in *História de Portugal*, vol. XIV, dir. João Medina (Alfragide: Clube Internacional do Livro, 1995), 134-137. Diego Palacios Cerezales, «Um caso de violência política: o 'Verão quente' de 1975», *Análise Social*, XXXVII, n.º 165 (2002): 1127-1157. Diego Palacios Cerezales, «Civil resistance and democracy in the Portuguese Revolution», *Journal of Contemporary History*, n.º 0(0) (2016): 1-22.

⁵ António Costa Pinto, «Political purges and state crisis in Portugal's transition to democracy (1975-1976)», *Journal of Contemporary History*, 43, H. 2 (2008): 305-332.

⁶ Riccardo Marchi, «At the roots of the new right-wing extremism in Portugal: the national action movement (1985-1991)», in *Totalitarian Movements and Political Religions*, 11(1) (2010): 47-66.

⁷ José Pedro Zúquete, «Portugal: A New Look at the Extreme-Right», *Representation*, 43(3) (2007): 179-198. José Mourão da Costa, «A nova extrema-direita na democracia portuguesa», *Análise Social*, XLVI, n.º 201 (2011): 765-787.

e poupados pela primeira vaga de repressão pós-golpista.⁸ Estes encontram-se à direita do CDS em virtude da opção ultramarinista assumida perante o processo de descolonização⁹ e do consequente apoio táctico ao Presidente da República, António de Spínola. Por isso acabam desarticulados pelas duas vagas repressivas de 28 de Setembro de 1974, quando ainda jogaram um papel de relevo na organização da «maioria silenciosa», e de 11 de Março de 1975, quando sofreram mais do que protagonizaram a derrota da direita militar spinolista. Os sucessivos nove meses, identificados pela historiografia com o Processo Revolucionário em Curso (PREC), são passados, pelos quadros ainda activos, na defesa dos resquícios organizacionais ou na clandestinidade e na acção armada, para travar a aceleração da revolução e para estruturar a resistência à eventual implantação da democracia popular.

O segundo período vai do contragolpe de 25 de Novembro de 1975 às eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980. Nesse quinquénio, os protagonistas da direita aproveitam os primeiros meses de descontinuidade da transição, entre o fim do PREC e o sucessivo processo de instauração democrática,¹⁰ para reestruturar-se organizativamente e institucionalizar-se definitivamente no novo regime português. Passando pelas eleições legislativas de 1976 e 1979 e pelas presidenciais de 1976, este objectivo fracassa definitivamente em 1980, quando a segunda vitória da Aliança Democrática (AD) demonstra o desinteresse do eleitorado mais à direita para sujeitos políticos alternativos à coligação parlamentar PSD-CDS-PPM.

O terceiro período ocupa as últimas duas décadas do século xx e é caracterizado por três fenómenos: a permanência apenas testemunhal dos partidos supérstites da transição, acompanhada pelo malogro de novos projectos partidários inspirados pela onda favorável das extremas-direitas francesa e italiana; a dispersão de

⁸ António Costa Pinto, «Dealing with the legacy of authoritarianism: political purges in Portugal's transition to democracy», in *Modern Europe after Fascism 1943-1980s*, ed. Stein U. Larsen et al. (Nova Iorque: SSM-CUP, 1998), 1708-1710.

⁹ Riccardo Marchi, «As direitas radicais na transição democrática portuguesa (1974-1976)», *Ler História*, n.º 63 (2012): 75-91.

¹⁰ António Costa Pinto, «Saneamentos políticos e movimentos radicais de direita na transição para a democracia, 1974-1976», in *Portugal e a Transição para a Democracia, 1974-1976*, ed. Fernando Rosas (Lisboa: Colibri, 1999), 38.

muitos quadros da transição nos partidos parlamentares ou no combate metapolítico; a ruptura geracional na militância, com a substituição da cultura política de influência francófona por aquela de influência anglófona e com as repercussões consequentes no imaginário político (do Portugal imperial multirracial e pluricontinental ao Portugal europeu e etnocêntrico) e nas expressões subculturais (movimento *skinhead*).¹¹

Finalmente, o quarto período coincide com a primeira década e meia do século XXI, marcada pela nova arrancada partidária com estratégia eleitoralista à direita do CDS, através do Partido Nacional Renovador (PNR).¹²

A comparação entre os quatro compassos temporais destaca nitidamente o segundo período como o mais rico em potencialidades para o êxito da área política em análise, apesar da sua curta duração temporal. Como sublinha René Rémond na sua análise sobre o regime de Vichy, quatro anos podem concentrar em si um alto potencial heurístico para explicar a história política das direitas nacionais.¹³ No caso português, os cinco anos de 1976 a 1980 proporcionam uma quantidade ímpar de dados explicativos acerca da menoridade da área política à direita do CDS, em termos de gestão do legado autoritário, de desempenho político na transição e de codificação de uma herança para o período da consolidação democrática. Esta capacidade heurística é dada pela concomitância de vários factores: a quantidade e a variedade de sujeitos políticos activos; a intensidade da mobilização partidária e extrapartidária com vista à consolidação da presença na democracia portuguesa; a disponibilidade de recursos materiais e financeiros para a realização de diferentes projectos políticos; a multiplicidade de janelas de oportunidades abertas pelo abrandamento da repressão exercida pelas forças revolucionárias, pelo reequilíbrio à direita das relações de forças entre actores civis e militares da transição, pela recusa

¹¹ Riccardo Marchi, «At the roots of the new right-wing extremism in Portugal: the National Action Movement (1985-1991)», in *Totalitarian Movements and Political Religions*, 11(1) (2010): 47-66.

¹² Riccardo Marchi, «Extreme-right in XXI Century Portugal: the National Renewal Party (PNR)», in *Right-Wing Extremism in Europe: Country-Analyses, Counter-Strategies and Labor-Market Oriented Exit Strategies*, eds. Ralf Melzer e Sebastian Serafin (Berlim, Friedrich Ebert Stiftung: 2013), 133-156.

¹³ René Rémond, *La Destra in Francia. Dalla Restaurazione alla V Repubblica: 1815-1968* (Milão: Mursia, 1970), 253.

dos maiores concorrentes anticomunistas em ocupar oficialmente o espaço político da direita e pelo agravamento da crise política e económica de Portugal na segunda metade da década de 70, com consequente desafeição de largos sectores sociais face aos actores políticos maiores. Em nenhuma outra fase da democracia portuguesa é possível encontrar a convergência de todas essas variáveis favoráveis à constituição de um ou mais sujeitos políticos alternativos aos já existentes. Como consequência, em nenhuma outra fase da história política da III República é possível avaliar, de forma tão apurada, as respostas das forças mais à direita e, assim, explicar as razões do fracasso. Finalmente, todos os elementos que caracterizam as direitas nesta fase embrionária da democracia portuguesa permanecerão, com maior ou menor intensidade, ao longo das sucessivas décadas, reforçando, assim, a fecundidade analítica do período em foco.

O objecto da investigação e a questão terminológica

Do ponto de vista terminológico, o objecto em análise pode ser identificado sem dúvida como o substantivo «direita», atendendo ao facto de que, com o enviesamento à esquerda de todos os novos actores políticos no pós-25 de Abril, o golpe militar representou um marco político entre um «antes» e um «depois» que confinou na direita tudo o que era julgado pertencer ao antigo regime.¹⁴ Em virtude da pluralidade dos sujeitos em análise, a declinação «as direitas» resulta mais útil para a classificação. Contudo para limitar a abrangência do termo «direitas», é necessária uma especificação qualificativa que delinieie as fronteiras do campo de análise. O qualificativo pode ser procurado dentro das balizas doutrinárias ou das balizas espaciais. A dimensão doutrinária demonstra ser a menos útil face à pluralidade dos objectos em análise. Adjectivos como «republicana», «monárquica», «tradicionalista», «contra-revolucionária», «estadonovista» (tanto «salazarista» como «marcelista»), «fascista», longe de proporcionarem uma qualificação inclu-

¹⁴ Jaime Nogueira Pinto, *A Direita e as Direitas* (Carnaxide, Difel: 1996), 235.

siva, excluem, à partida, muitas das direitas estudadas. O próprio qualificativo de «nacionalista» – possivelmente o mais consensual na história política destas direitas portuguesas – adquire uma indiscutível força descritiva perante três vectores conjunturais da democracia: a descolonização secundada por todos as forças abrilistas; o internacionalismo assumido pelas forças marxistas (do PCP à sua esquerda); o europeísmo pró-CEE perfilhado pelos grandes partidos antimarxistas. Esta capacidade descritiva, contudo, perde alguma intensidade perante os pontos quentes da agenda política do período 1976-1980, quando a descolonização já era um capítulo fechado, o internacionalismo em franco recuo, a integração europeia ainda por vir. Por isso esses qualificativos ideológico-doutrinários são utilizados, ao longo do texto, para caracterizar cada um dos objectos em análise, mas não funcionam para apresentar a área política na sua generalidade.

A dimensão espacial, por seu lado, identifica uma área física específica no eixo esquerda-direita. Esta área geográfica delinea-se ainda mais no período em foco pelo facto de PPD/PSD e CDS se colocarem ao centro do eixo, na área moderada. Assim sendo, para as direitas sobram os qualificativos de «radical» ou de «extrema».¹⁵ Também estes dois adjectivos, contudo, oferecem um maior grau de exclusão que de inclusão, por sugerir atitudes anti-sistémicas e até de derrube violento do regime, que, como veremos, pertencem a uma minoria dos sujeitos, prevalecendo, nos mais consistentes, anseios de institucionalização no eixo político democrático e de inclusão na frente reformista prestes a desmantelar a arquitetura político-institucional do PREC. Além disso, o exercício de ordenação linear dos sujeitos analisados segundo o princípio «quem está mais à direita de quem» resulta bastante estéril por cancelar as sobreposições e as alterações de posicionamento – parciais ou totais, temporâneas ou definitivas – de um meio polimorfo e movediço. Em virtude destas considerações, a dimensão geográfica pode ser lida menos através do

¹⁵ A literatura científica ainda não alcançou um consenso sobre os conceitos de «extrema-direita» e de «direita radical». Nessa questão, a jurisprudência constitucional alemã fornece uma distinção interessante ao classificar como «radical» a direita que se opõe ao regime vigente mas dentro das regras do jogo democrático e de «extremista» a direita que atenta contra a própria existência do sistema político através de práticas anticonstitucionais. Cas Mudde, *The Ideology of the Extreme Right* (Manchester: Manchester University Press, 2000), 12.

eixo linear esquerda-direita – ou melhor, direita-extrema-direita – e mais através dos conceitos de inclusão/exclusão. Estes dois conceitos desenharam os dois conjuntos de forças providas ou desprovidas de representação parlamentar. Assim os sujeitos analisados, indicados frequentemente ao longo do livro com a perífrase «à direita do CDS», pertencem todos ao conjunto de forças sem representação parlamentar. Neste espaço externo às instituições representativas, as forças distribuem-se com maior ou menor proximidade ao conjunto das forças parlamentares. Em particular, estas forças externas ao Parlamento movem-se segundo os dois vectores de aproximação ou de afastamento aos pontos de tangência com o conjunto parlamentar, representados por personalidades ou sectores do PPD/PSD e do CDS não necessariamente identificados com as alas direitas internas aos dois partidos. Esta representação espacial permite qualificar as direitas em análise como «extraparlamentares» enquanto acomunadas pela condição objectiva de exclusão do Parlamento, independente da vontade de o integrar ou não.

O objecto e os objectivos da investigação

O presente estudo tem, portanto, por objecto «as direitas extraparlamentares» activas entre o contragolpe de 25 de Novembro de 1975 e as eleições legislativas de 5 de Outubro de 1980. Os objectivos são descrever o percurso histórico dessa área política, identificar os diferentes actores que a animaram e as respectivas culturas políticas, clarificar as diversas estratégias, as finalidades e os suportes logísticos-financeiros fruídos, avaliar as formas de organização e de mobilização, assim como os resultados alcançados. Finalmente, tendo em consideração a densidade dos pontos de tangência entre a área parlamentar e a área extraparlamentar, cujo grau máximo se regista menos entre as elites e mais entre as bases, o estudo pretende descrever e explicar a natureza das relações entre PPD/PSD e CDS e os sujeitos antimarxistas externos ao Parlamento. Em particular serão evidenciadas as personalidades e as componentes da área parlamentar e da área extraparlamentar – não necessariamente as alas direitas daquelas e as alas mode-

radas destas – mais activas à volta dos pontos de tangência, e será avaliada a porosidade destes pontos ao longo do período analisado.

Para esses fins, o livro segue a ordem cronológica. O texto é organizado em seis capítulos: cinco dedicados aos anos entre 1976 e 1980 e o último dedicado à dimensão específica da estratégia metapolítica das direitas extraparlamentares, na alvorada da década de 80. Este último capítulo justifica-se não tanto pelo êxito da estratégia metapolítica, quanto pela relevância heurística desse caminho alternativo à estratégia de oposicionismo político (partidário ou extrapartidário). Finalmente, as conclusões evidenciam os factores exógenos e endógenos às direitas extraparlamentares que explicam o seu fracasso na alvorada da década de 80. Nesse sentido, são evidenciados aqueles factores que podem ser generalizados para além das balizas temporais do estudo e que explicam a irrelevância da área política à direita do CDS ao longo da consolidação democrática e até aos nossos dias. Essas conclusões pretendem fornecer uma explicação mais abrangente e sistemática face àquelas teorias que salientam umas ou outras causas do malogro da extrema-direita na transição portuguesa. De facto, na literatura sobre a transição portuguesa encontram-se escassas referências às direitas extraparlamentares e, pontualmente, alguns factores explicativos da sua marginalidade: a génese por ruptura da transição,¹⁶ os efeitos da democratização tardia na opinião pública e nas estratégias políticas dos saudosistas,¹⁷ a mobilização da sociedade civil adversa aos *hard-liners*,¹⁸ a repressão dos militares revolucionários,¹⁹ a

¹⁶ Juan Linz, «Some comparative thoughts on the transition to democracy in Portugal and Spain», in *Portugal since the Revolution: Economic and Political Perspectives*, eds. Jorge Braga de Macedo e Simon Serfaty (Boulder: Westview Press, 1981), 27. Juan Linz, «Fascism is dead. What legacy did it leave? Thoughts and questions on a problematic period of European history», in *Modern Europe after Fascism (1943-1980s)*, ed. Stain Larsen (Nova Iorque: Columbia University Press, 1998), 39-40.

¹⁷ Piero Ignazi, *Extreme Right Parties in Western Europe* (Nova Iorque: Oxford University Press, 2003), 23. Piero Ignazi, «The development of the extreme right at the end of the century», in *Right-Wing Extremism in Twenty-First Century*, eds. Peter H. Merkl e Leonard Weinberg (Londres: Frank Cass, 2003), 144.

¹⁸ Guillermo O'Donnell, Philippe C. Schmitter e Laurence Whitehead, *Transitions from Authoritarian Rule: Tentative Conclusion about Certain Democracies* (Baltimore: Johns Hopkins, 1986), 58.

¹⁹ Juan Linz e Alfred Stepan, *Problems of Democratic Transition and Consolidation: Southern Europe, South America and Post-Communist Europe* (Baltimore: Johns Hopkins, 1996), 118-119.

incapacidade de conquistar a base social de apoio aos concorrentes *mainstream*,²⁰ a inaptidão ao renovamento discursivo.²¹

Essa referência antecipada ao fracasso das direitas extraparlamentares justifica também a escolha do título do livro «a direita nunca existiu», acompanhado pela epígrafe sobre a sua presença ausente. Esse paroxismo – ao qual o livro pretende dar densidade explicativa – é inspirado directamente nas reflexões de duas personalidades de renome da área política e do período aqui analisados: Eduardo Freitas da Costa e Manuel Maria Múrias. O primeiro utilizou, em 1978, a expressão exacta «a direita política nunca existiu» para justificar a impossibilidade de cristalizar uma ideologia de direita.²² O segundo comentou o fracasso eleitoral de 1980 com o lacónico «a direita deixou de existir ou mesmo nunca existiu».²³

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a investigação procedeu à recolha exaustiva de dados para reconstruir pormenorizadamente a dinâmica histórica das direitas extraparlamentares entre 1976 e 1980. Como apontado por críticos de precedentes trabalhos do autor, o risco era produzir um texto «tudo num registo tipo ‘relatório de ocorrências’, sem alma e sem chama [...] uma monumental maçada cronológica».²⁴ Admito ter perseverado no erro. Estou convencido de que o estado da arte sobre as direitas portu-

²⁰ António Costa Pinto, «Portugal’s transition to democracy in the 1970s: the double legacy», in *The Transition to Democracy in Spain, Portugal and Greece Thirty Years After*, ed. Marietta Minotos (Atenas: PATAKH, 2006), 66-69. J. R. Lewis e A. M. Williams, «Social cleavages and electoral performance: the social basis of Portuguese political parties (1976-83)», in *The New Mediterranean Democracies: Regime Transition in Spain, Greece and Portugal*, ed. Geoffrey Pridham (Londres: Frank Cass, 1984), 133.

²¹ Xavier Casals I. Meseguer, *La Tentación Neofascista en España* (Barcelona: Plaza & Janés, 1998), 144-147.

²² Eduardo Freitas da Costa, «A direita nunca existiu», *A Rua*, n.º 117, 7 de Setembro, 1978, 10.

²³ Manuel Maria Múrias, «A derrota da direita», *A Rua*, n.º 226, 9 de Outubro, 1980, 24.

²⁴ «Uma história ainda por fazer», *O Diabo*, 9 de Fevereiro, 2010, 18. A crítica foi dirigida em particular à obra de Riccardo Marchi, *Império Nação Revolução. As Direitas Radicais no Fim do Estado Novo – 1959-1974* (Lisboa: Texto, 2009).

guesas no segundo pós-guerra se encontra ainda numa fase demasiado embrionária para o historiador se preocupar com a busca das almas e das chamas. Fazem falta, pelo contrário, a reconstrução dos eventos, a sua ordenação temporal, a registação do *modus pensandi*, das atitudes, das estratégias, das práticas e dos resultados de certas direitas que permitam, num segundo momento e através da comparação dos diferentes momentos históricos, identificar as constantes e generalizar as conclusões. Para almas e chamas está mais vocacionada a memorialística das testemunhas directas, cuja escassez em Portugal representa, aliás, uma grave limitação para os historiadores.²⁵ Também para assinalar esta limitação, os capítulos foram alternadamente epigrafados por citações do romance histórico *Novembro* que, não sendo um livro de memórias *stricto sensu*, é um excelente registo do estado de alma e da actuação dos extraparlamentares de direita na transição portuguesa.²⁶

O percurso de investigação começou com entrevistas exploratórias com alguns quadros da área política em foco, para identificar todos os sujeitos organizados activos nesse campo, independentemente da sua natureza (partidos, movimentos, grupos informais, revistas, etc.) e para esboçar a rede relacional e a contextualização temporal. A seguir, foi efectuado o levantamento sistemático, na imprensa periódica da altura, de dados relativos aos sujeitos identificados. Nessa tarefa foi privilegiada a imprensa diária e semanal da área anticomunista por ser esta – numa fase de reestruturação da cena política portuguesa segundo as novas relações de forças determinadas pelo pós-25 de Novembro – a mais sistematicamente atenta às movimentações à direita do CDS. Essa tarefa foi executada libertando o registo do evento dos comentários qualificativos e dos juízos de valor presentes nos jornais, para evitar aquela poluição da informação que torna a imprensa mais vinadamente antifascista – ao gosto do tempo – de escassa utilidade como fonte histórica sobre o presente objecto de estudo. Foram, assim, analisados os diários *O Dia*, *Jornal Novo*, *A Tarde*, os semanários *O Diabo*, *Tempo*, *O País*, *Opção*, os periódicos *Jornal Português de Economia e Finanças*, *Liberdade*, *Vária-8*, *Resistência*,

²⁵ Senti pessoalmente esta limitação na minha investigação sobre as direitas no PREC. Em particular, sobre o período da clandestinidade, a falta de memórias escritas e as reticências nos testemunhos e nas entrevistas tornam difícil ultrapassar o registo jornalístico.

²⁶ Jaime Nogueira Pinto, *Novembro* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2012).

Futuro Presente. Pela relevância tida no meio político e no período em análise, particular atenção foi reservada ao semanário *A Rua* de Manuel Maria Múrias. Estas fontes permitiram a recolha de três diferentes géneros de dados acerca de cada um dos sujeitos analisados: o registo cronológico das ocorrências (eventos fundacionais, reuniões públicas, mobilizações, congressos, dinâmicas internas, campanhas eleitorais); a documentação programática (estatutos, programas políticos, programas eleitorais, manifestos, declarações de princípios, comunicados); o posicionamento individual de quadros destacados (conferências de imprensa, entrevistas, declarações, memórias). Os dados recolhidos permitiram a reconstrução do trajecto de cada um dos protagonistas das direitas extraparlamentares e a identificação dos demais sujeitos (pessoas e organizações) que, com menor intensidade, integraram esta área ou com ela se cruzaram de forma significativa. Estes dados foram completados através da recolha de documentação produzida pelos próprios sujeitos analisados e disponível nas bibliotecas públicas (publicações dos partidos e obras dos dirigentes políticos) ou nos arquivos privados (é assinalável o caso do Ephemera – Biblioteca e Arquivo de José Pacheco Pereira). Para os partidos políticos extraparlamentares foram analisados também os respectivos processos no Arquivo do Tribunal Constitucional (4.^a Secção). Uma vez reconstruída a história de 1976 a 1980, foram realizadas dezassete entrevistas: catorze em profundidade com militantes das direitas extraparlamentares e três com pessoas com informação privilegiada sobre essa área.²⁷ As entrevistas versaram principalmente sobre as organizações que cada entrevistado integrou e sobre os eventos que protagonizou e só secundariamente sobre os actores da mesma área política com os quais apenas se cruzou ou dos quais ouviu falar. Apesar de as entrevistas terem abordados também assuntos da militância pessoal (causas e modalidades da mobilização), no texto foram utilizados principalmente os dados relativos às organizações, por serem estes os objectos do estudo. Nove das testemunhas directas deram-nos acesso aos espólios particulares, com materiais produzidos pelas organizações extraparlamentares

²⁷ Foram entrevistados Alberto Araújo Limas, António José de Brito, António Soares, Carlos Branco, Diogo Pacheco de Amorim, Fernanda Leitão, Francisco Múrias, Jaime Nogueira Pinto, José Lobo do Amaral, José Luís Andrade, José Miguel Júdice, José Ribeiro e Castro, José Sanches Osório, Luís Fernandes, Miguel Castelo Branco, Vítor Luís Rodrigues e Walter Ventura.

e não disponíveis nos arquivos públicos.²⁸ A triangulação das fontes – jornais, entrevistas, documentação de arquivos públicos e privados – permitiu, assim, alcançar a procurada exaustividade dos dados sobre um tema escassamente abordado pela historiografia e portanto não explorável através das fontes secundárias.

Esta exaustividade permitiu dar resposta às perguntas de partida da investigação, mas deixou também algumas dimensões para aprofundar e abriu pistas de investigação relevantes para futuras pesquisas. No que diz respeito aos limites da investigação, o mais assinalável é a dificuldade de proceder a uma adequada sociografia das bases e dos vértices das direitas extraparlamentares. A ausência de arquivos oficiais dos partidos e das organizações, com os ficheiros dos filiados, assim como o perfil relativamente anónimo de muitos quadros com trajectos frequentemente meteóricos na cena política, não permitiram a identificação sistemática e pormenorizada de militantes e dirigentes e a sua caracterização sociodemográfica. Esta dificuldade foi encontrada a todos os níveis da hierarquia das organizações e também a nível territorial, tanto da estrutura central como da periférica. Ao longo do estudo, esta falha é parcialmente compensada por dados sobre a consistência numérica dos militantes e aderentes em momentos pontuais e sobre o perfil dos dirigentes mais importantes. Da mesma forma, a dificuldade de análise dos caracteres do abstencionismo e do voto útil no PPD/PSD, CDS e AD, entre 1976 e 1980, não permitiu a quantificação rigorosa do potencial eleitoral da área à direita do CDS e a avaliação do peso que nele exerceram as contingências do período de institucionalização democrática. A esse respeito, a literatura científica sobre as atitudes políticas no começo da transição revela dois aspectos relevantes para o nosso estudo: a clivagem do «modelo do regime» (democracia liberal *versus* democracia popular) sobrepôs-se às clivagens tradicionais e à sofisticação ideológica, concentrando o voto anticomunista nos partidos de centro;²⁹ a parcela mais à direita deste voto anticomu-

²⁸ Trata-se dos arquivos particulares de Vítor Luís Rodrigues, Luís Fernandes, Jaime Nogueira Pinto, Diogo Pacheco de Amorim, Alberto Araújo Limas, António Maria Pinheiro Torres, Américo Carrajola, Pedro Guedes da Silva e José Hipólito Vaz Raposo.

²⁹ Carlos Jalali, «Velhas clivagens em novas democracias: a consolidação do comportamento eleitoral português desde 1974», in *Eleições e Cultura Política – Portugal no Contexto Europeu*, eds. André Freire, Marina Costa Lobo e Pedro Magalhães (Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007), 202-204.

nista era bastante reduzida, pelo menos a avaliar pela sondagem de 1974 que, acerca da ideologia do partido ideal, regista 1% de fascistas e 2% de conservadores, com margem de manobra até 3% de liberais e 8% de democratas-cristãos.³⁰

No que diz respeito às futuras linhas de investigação, as dimensões mais interessantes prendem-se com o enfoque nos militantes das organizações aqui estudadas e com a comparação transnacional do caso português. Em particular, esta história das organizações evidenciou trajectos difusos de radicalização e desradicalização por parte dos militantes, com conseqüente refluxo na vida privada ou integração nos partidos *mainstream* no fim da década de 70. Estes percursos merecem uma maior atenção científica, com estudos prosopográficos e com abordagens comparativas com as trajectórias pessoais vividas na esquerda do espectro político e já amplamente estudadas pela literatura internacional.³¹ Da mesma forma, a reconstrução do caso português permite agora uma comparação mais apurada com as dinâmicas das demais direitas europeias nas transições dos autoritarismos para as democracias, tanto no mesmo período histórico (Espanha e Grécia), como no imediato segundo pós-guerra (Itália, Alemanha, França).³² A cada vez maior abundância de dados empíricos permite, assim, afinar a análise dos factores endógenos e exógenos às diferentes direitas que facilitam ou impedem a sua institucionalização nos novos regimes.

³⁰ Mário Bacalhau, *Atitudes, Opiniões e Comportamentos Políticos dos Portugueses: 1973-1993* (Lisboa: FLAD, 1994), 55.

³¹ O tema dos percursos individuais de militantes de direita é abordado em Riccardo Marchi, «‘O Fascismo saiu à rua’: memórias da extrema-direita juvenil na transição portuguesa (1976-1980)», in *Democracia, Ditadura: Memória e Justiça Política*, eds. Irene Flunser Pimentel e Maria Inácia Rezola (Lisboa: Tinta da China, 2014), 487-512.

³² Os trabalhos comparativos desse género continuam bastante raros. Thomas C. Davis, «The Iberian Peninsula and Greece. Retreat from the radical right?», in *The New Politics of the Right. Neo-Populist Parties and Movements in Established Democracies*, eds. Hans-Georg Betz e Stefan Immerfall (Nova Iorque: St. Martin's Press, 1998), 157-172.

Agradecimentos

O percurso de investigação que segui até agora beneficiou com a presença constante do professor António Costa Pinto que foi meu orientador desde o período do doutoramento (2005-2008) e que aceitou supervisionar este meu novo projecto de pós-doutoramento realizado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-UL). A ele devo um reconhecimento especial por ter acreditado, desde o princípio, nessa linha de investigação, frequentemente olhada com suspeição dentro e fora do mundo académico, e pela disponibilidade sempre demonstrada em acompanhar a minha pesquisa, com sugestões preciosas tanto metodológicas como de análise política sobre temas de Portugal contemporâneo de compreensão não tão óbvia para um investigador estrangeiro. Um auxílio essencial veio também de toda a comunidade do ICS-UL – investigadores e técnicos – insuperável pelo apoio prestado e pelas condições fornecidas. Muitos são os colegas do Instituto e de outras Universidades portuguesas e estrangeiras que ajudaram a minha maturação como investigador, graças às frequentes trocas intelectuais em congressos, conferências e seminários, mas também no convívio quotidiano, nos cafés universitários ou do Campo de Santa Clara. Para todos eles vai o meu reconhecimento. Na reta final deste trabalho, usufruí também do auxílio do meu novo instituto de investigação: o Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (CEI-IUL).

Num outro plano, estou grato aos antigos militantes políticos – alguns dos quais já sólidos amigos – que, ao longo dos anos, demonstraram uma imensa paciência para conversar comigo sobre os respectivos trajectos. Se apenas com alguns realizei entrevistas metodologicamente rigorosas, a verdade é que todas as conversas à volta de uma mesa, os *e-mails* e os telefonemas que trocámos foram essenciais para interpretar da melhor forma os temas aqui analisados. De toda essa convivência não há registo formal num trabalho académico, mas ela permanece gravada na qualidade complexiva da obra. Um agradecimento particular vai para os amigos José Luís Andrade, Walter Ventura, Luís Fernandes e Vítor Luís que leram atentamente o texto e corrigiram os meus atendidos sintáctico-gramaticais à língua portuguesa e, principalmente, as imprecisões históricas.

O começo dessa investigação coincidiu com o nascimento do meu filho Nicola, em 2012. A ele é dedicado o livro. É costume pedir desculpa aos próprios filhos pelo tempo que a investigação retirou ao convívio paternal. Não é o caso. Eu retirei tempo à investigação para conviver com o meu filho. Assim quis e creio que ele apreciou. Tudo fiz para que a qualidade desta obra estivesse igualmente à altura das expectativas. Se não o consegui, a culpa é do Nicola.

Finalmente, esta obra resulta de uma investigação realizada com o apoio da bolsa da Fundação Calouste Gulbenkian.